

MANUAL DE ORIENTAÇÃO

REVISÃO E MONITORAMENTO DO PLANO PLURIANUAL.

1º EDIÇÃO - NOVEMBRO DE 2024

SÃO JOSÉ DA BOA VISTA - PR



MUNICÍPIO DE
SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
1-INTRODUÇÃO.....	4
2-ETAPAS DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL.....	5
3-PAPEL DESEMPENHADO PELAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS NA REVISÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS NO PPA.....	6
3.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS.....	6
3.2 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.....	7
3.3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	7
3.4 SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E VIAÇÃO.....	8
3.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA.....	8
3.6 SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO.....	8
3.7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.....	9
3.8 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO.....	9
4-DA ESTRUTURA DO PPA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE REVISÃO E PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES, TÉCNICOS E POPULAÇÃO.....	9
5 - REVISANDO A ESTRUTURA DO PPA.....	11
6 - MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PPA.....	14
6.1 ORGANIZAÇÃO.....	14
6.2 PERIODICIDADE.....	14
7-CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	17

APRESENTAÇÃO

Este manual foi elaborado com o intuito de auxiliar os gestores, técnicos e outros agentes públicos envolvidos no processo de revisão e monitoramento do Plano Plurianual.

Conforme previsão da lei complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, o processo de elaboração das peças de planejamento passou a ter um enfoque aperfeiçoado, unindo os instrumentos previstos na constituição de 1988. A carta Magna, em seu artigo 165 versa que:

“Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o plano plurianual;

II - as diretrizes orçamentárias;

III - os orçamentos anuais.”

Portanto, conforme previsão constitucional a iniciativa de elaboração das peças de planejamento é de responsabilidade do executivo, que posteriormente apresentará as propostas para discussão e votação nas respectivas casas legislativas. No caso dos municípios, a discussão e votação dos orçamentos ocorre na Câmara de Vereadores.

Este Manual apresenta conceitos e metodologias para a revisão e monitoramento do instrumento de médio prazo, conhecido como Plano Plurianual. Também objetiva aumentar a transparência e a qualidade das informações, tornando-o fácil acompanhá-lo, permitindo assim uma ferramenta de consulta com objetivos bem definidos.

Conforme Lei Orgânica do município de São José da Boa Vista -Pr, os projetos de Lei que versam sobre os orçamentos deverão ser submetidos a apreciação da Câmara dos Vereadores nos seguintes prazos:

- Lei Orçamentária Anual - 30 de setembro de cada exercício;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias - 15 de abril de cada exercício;
- Lei do Plano Plurianual - 30 de setembro do primeiro ano de mandato do chefe do executivo.

O objetivo deste manual é fornecer um roteiro claro e detalhado para as Secretarias Municipais durante o processo de revisão do PPA. Ele visa otimizar a colaboração entre as diferentes áreas da administração municipal, assegurando que as propostas de atualização estejam alinhadas com os objetivos estratégicos do governo local. O manual busca facilitar a compreensão e execução das etapas necessárias para uma revisão eficaz.

1 - INTRODUÇÃO

Este manual tem como objetivo orientar as diversas Secretarias Municipais no processo de revisão e monitoramento do Plano Plurianual, garantindo a adequação às necessidades locais e o cumprimento das exigências legais em vigor.

O dicionário define a palavra monitorar como o ato de acompanhar e verificar dados levantados de forma específica, visando a um determinado fim. Com esta definição, pode-se dizer que o monitoramento do Plano Plurianual - PPA tem o objetivo de acompanhar a execução dos Programas, dos Indicadores, das Ações, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS e das Metas previstas na peça orçamentária vigente, visando a verificação de possíveis obstáculos que impeçam a Administração municipal de alcançar os resultados esperados, bem como, auxiliar na construção de novos caminhos.

Já a revisão do Plano Plurianual – PPA serve como um importante instrumento de gestão municipal e de controle social, pois ao revisar os programas vigentes é possível analisar se os resultados obtidos foram os esperados pela administração, bem como se será necessário o fortalecimento das ações em andamento e/ou um redirecionamento dos esforços e recursos públicos.

A etapa de revisão é peça integrante do acompanhamento da execução dos diferentes orçamentos, seja ele o próprio PPA, ou os outros dois elos do planejamento orçamentário representados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

O foco do Manual é estabelecer conceitos a serem considerados, nas etapas de monitoramento e Revisão, sendo um guia prático de como os agentes envolvidos podem orientar suas ações em cada setor da administração municipal.



Fonte: Prefeitura de Maringá, 2022

2 - ETAPAS DA REVISÃO DO PLANO PLURIANUAL

A revisão é um dos estágios que compõe o ciclo de gestão do Plano Plurianual PPA. Conforme Figura abaixo, o ciclo de gestão do PPA é composto pelos seguintes estágios:



Fonte: Prefeitura de Maringá, 2022

A revisão do Plano Plurianual – PPA tem o objetivo principal de trazer o Plano da época em que foi elaborado para o cenário atual do município, considerando o monitoramento realizado e as novas demandas da população. Pode-se dizer que a revisão é consequência do monitoramento do PPA. Mas há diferença entre o monitoramento e a revisão.

A diferença está em sua ação no tempo, ou seja, enquanto o monitoramento é realizado de forma contínua, a revisão será realizada, em regra geral, uma vez no ano. Porém, o monitoramento e a revisão do PPA são partes de um mesmo processo, pois o monitoramento poderá fornecer as informações que ajudarão a compor a revisão do PPA.

São partes integrantes do processo de revisão os seguintes itens:

1. **Levantamento de Dados e Avaliação do Cumprimento de Metas:** A primeira etapa do processo consiste no levantamento de dados referentes às ações e metas estabelecidas no PPA anterior. Essa análise retrospectiva permite avaliar o cumprimento das metas propostas, identificando sucessos e desafios. Esse Levantamento serve como base para a construção de estratégias mais eficazes na próxima fase de planejamento.

2. **Análise do Contexto Econômico e Social:** A segunda etapa concentra-se na análise do contexto econômico e social em que o município está inserido. Compreender as tendências econômicas, mudanças demográficas e outros fatores sociais é essencial para antecipar desafios e oportunidades. Essa análise informa as decisões de alocação de recursos e orienta as metas a serem estabelecidas para atender às necessidades emergentes da população
3. **Diagnóstico das Demandas e Necessidades Municipais:** Nesta etapa, é fundamental realizar um diagnóstico abrangente das demandas e necessidades da comunidade. Isso envolve a identificação de setores que demandam maior atenção investimento, considerando áreas como saúde, educação, infraestrutura e serviços públicos. O diagnóstico é crucial para alinhar as prioridades do PPA às reais necessidades da população.
4. **Participação Popular e Consultas Públicas:** A inclusão da comunidade no processo de revisão é central. A realização de consultas públicas e a promoção de espaços para a participação popular possibilitam a coleta de insights valiosos. Essa interação direta contribui para a legitimidade do PPA, garantindo que as aspirações e demandas da sociedade estejam representadas nas propostas de atualização.
5. **Propostas de Atualização e Adequação:** Com base nas informações coletadas na participação da comunidade, esta etapa envolve a formulação de propostas concretas de atualização e adequação do PPA. As propostas devem refletir as prioridades identificadas, considerando as metas não alcançadas, as demandas emergentes e as sugestões da população. Essa etapa é crucial para definir as bases do PPA revisado, alinhando-o com a visão de futuro do município.

A revisão do Plano Plurianual - PPA será realizada anualmente, quando houver a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA, para compatibilizar os instrumentos de planejamento orçamentários.

Outra possibilidade de revisão do PPA será para adequá-lo a novas demandas da população e do Governo, através da criação de novas ações. Um exemplo de adequação é quando há a necessidade de inclusão de uma ação para a execução de uma obra não orçada, exemplo: (Construção de Centro Dia do Idoso), quando será criada no PPA e na LDO a Ação “construção para a rede de atendimento ao idoso” e na LOA o Projeto “construção para a rede de atendimento ao idoso”

3 - PAPEL DESEMPENHADO PELAS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS NA REVISÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS NO PPA:

3.1. SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

A Secretaria Municipal de Finanças desempenha um papel crucial na revisão do PPA, começando pela análise minuciosa do orçamento atual. Esta etapa envolve a avaliação de receitas e despesas, identificando áreas de superávit ou déficit.

Com base nessa análise, a secretaria pode fornecer informações cruciais sobre a disponibilidade de recursos para financiar as iniciativas propostas no PPA, contribuindo para a sustentabilidade financeira do município.

Além disso, a secretaria é responsável por conduzir projeções econômicas e financeiras que orientarão as decisões de planejamento. Isso inclui a previsão de receitas futuras, considerando variáveis econômicas externas e internas. As projeções proporcionam uma visão de longo prazo,

permitindo que o município antecipe desafios financeiros e ajuste as estratégias orçamentárias de acordo com as expectativas econômicas.

3.2. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE:

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte desempenha um papel fundamental na revisão do PPA ao avaliar, na educação, as metas educacionais estabelecidas. Esta etapa envolve a análise de indicadores de desempenho, taxas de aprovação e outros dados educacionais. A secretaria identifica áreas que demandam melhorias e ajusta as metas existentes para alinhar o planejamento estratégico às necessidades específicas do sistema educacional local.

A Secretaria analisa as necessidades de infraestrutura, identificando carências em edifícios, salas de aula, laboratórios e espaços esportivos. Essa avaliação orienta a inclusão de projetos de construção, reforma ou ampliação no PPA revisado, garantindo ambientes propícios ao aprendizado.

Outro ponto importante é o reconhecimento da importância do capital humano na qualidade da educação. A secretaria propõe programas de capacitação para os professores. Esses programas visam aprimorar as habilidades pedagógicas, atualizando os educadores sobre metodologias inovadoras e novas abordagens educacionais. A inclusão dessas propostas no PPA reflete o compromisso com a melhoria contínua da qualidade do ensino.

Podemos citar também que é responsabilidade da Pasta, o Fomento à Cultura Local, na avaliação do PPA. A Secretaria destaca o fomento à cultura local como uma prioridade. Isso inclui o apoio a artistas locais, a promoção de eventos culturais regionais, e a implementação de programas que preservem e promovam a identidade cultural da comunidade. A Revisão Do PPA busca garantir recursos e estratégias específicas para fortalecer e enriquecer a produção cultural local, promovendo a diversidade e o orgulho cultural.

Somamos a esse ponto, às propostas de eventos culturais e turísticos. A secretaria busca a promoção de festivais, exposições, e outras iniciativas que atraiam visitantes e fortaleçam a oferta cultural local. A revisão do PPA visa criar um calendário de eventos diversificado e atrativo, alinhado às características culturais da região e capaz de impulsionar a economia local.

Em relação ao Esporte, podemos citar que cabe aos agentes públicos lotados nesta pasta, a promoção de eventos esportivos no calendário municipal, que incentivem a participação da comunidade local e de atletas locais. Além de fornecer infraestrutura adequada para a prática de esportes.

3.3. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

A Secretaria Municipal de Saúde desempenha seu papel na revisão do PPA ao avaliar as metas estabelecidas para a saúde pública. Isso envolve a análise de indicadores como cobertura vacinal, redução da mortalidade infantil, controle de doenças endêmicas, entre outros. A Secretaria identifica áreas de sucesso e desafios, ajustando metas para refletir as necessidades da comunidade e garantir a melhoria contínua dos serviços de saúde.

Cabe a Secretaria também, analisar a infraestrutura hospitalar e das unidades básicas de saúde para garantir que atendam às demandas da população. Isso inclui a análise de capacidade de atendimento, equipamentos médicos, e a necessidade de construção, reforma ou ampliação de instalações. As Propostas de investimento e ações estratégicas relacionadas à infraestrutura são então incorporadas ao PPA, visando fortalecer o sistema de saúde municipal.

Citamos ainda que a promoção da saúde e prevenção de doenças são aspectos essenciais do trabalho da Secretaria de Saúde. Nessa etapa, a secretaria propõe programas que incentivem hábitos saudáveis, campanhas de vacinação, e ações voltadas para a conscientização da população. Essas

propostas contribuem para a redução dos custos com tratamentos e fortalecem a abordagem preventiva no sistema de saúde, sendo integradas ao PPA revisado.

Outro exemplo do papel da Secretaria de Saúde é referente às ações de Combate a Epidemias e Endemia. Reconhecendo a importância da prontidão em situações de emergência, a secretaria propõe ações específicas para combate a epidemias e endemias. Isso inclui estratégias de monitoramento, investimento em equipamentos de diagnóstico, treinamento de profissionais de saúde e a criação de planos de contingência. A inclusão destas ações no PPA assegura a capacidade de resposta rápida e eficaz em casos de surtos, protegendo a saúde da população.

3.4. SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, OBRAS E VIAÇÃO:

Dentre as contribuições da referida secretaria na revisão do PPA, podemos citar a revisão do Plano Diretor, documento orientador para o desenvolvimento urbano. Essa atribuição envolve a avaliação crítica das diretrizes existentes, a identificação de lacunas e a proposição de ajustes alinhados às demandas contemporâneas. A revisão do Plano Diretor visa criar uma visão integrada e sustentável para o crescimento urbano, incorporando as aspirações da comunidade.

Adicionamos que a Secretaria aborda a questão habitacional, propondo ações para promover o acesso à moradia digna. Isso inclui programas de habitação popular, parcerias para construção de moradias de interesse social e iniciativas de regularização fundiária para áreas ocupadas de forma informal. A inclusão destas propostas no PPA visa mitigar déficits habitacionais e promover o direito à moradia adequada.

Outro ponto é a análise das necessidades de infraestrutura urbana e rural abrangendo vias, transporte público, ciclovias e calçadas. A Proposta de investimentos em infraestrutura busca melhorar a mobilidade e acessibilidade, considerando o crescimento populacional e as demandas de desenvolvimento. Essas ações são essenciais para promover um ambiente urbano e rural funcional, eficiente e que atenda às necessidades de deslocamento da população.

3.5. SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA:

Na avaliação do PPA, destaca-se o comprometimento da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária com o apoio à agricultura familiar. A secretaria propõe ações específicas para fortalecer os agricultores locais, como assistência técnica, acesso a recursos financeiros e programas de capacitação. A revisão do PPA busca garantir que os recursos e estratégias estejam alinhados com as necessidades da agricultura familiar, promovendo a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável no meio rural.

A avaliação do PPA aborda ainda a infraestrutura destinada ao setor agrícola. A secretaria propõe ações que visam melhorar a infraestrutura rural, como estradas, armazéns, entre outros. Quanto aos programas de incentivo à produção local, a secretaria propõe iniciativas que estimulem a produção, como linhas de crédito, políticas de comercialização e programas de certificação de produtos. A inclusão dessas ações PPA revisadas visa promover a competitividade dos produtos locais, estimulando a geração de renda e o desenvolvimento sustentável no setor agropecuário.

3.6. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO:

A avaliação do PPA destaca a ênfase da Secretaria Municipal do Meio Ambiente na preservação de áreas verdes. A secretaria propõe ações que visam à proteção de parques, praças e áreas naturais, promovendo a conservação da biodiversidade, a melhoria da qualidade do ar e a criação de espaços de lazer sustentáveis. A revisão do PPA busca garantir recursos e estratégias específicas para fortalecer a preservação das áreas verdes, contribuindo para qualidade de vida da população.

A avaliação aborda também a gestão de resíduos sólidos como uma prioridade da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Estratégias para coleta seletiva, reciclagem, e destinação adequada de resíduos são contempladas no PPA revisado. A secretaria busca promover práticas sustentáveis de descarte, reduzindo a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários e incentivando a economia circular.

Por fim, outro exemplo é a importância da educação ambiental como ferramenta essencial para a conscientização da comunidade. A Secretaria propõe ações que promovam a sensibilização ambiental, envolvendo escolas, comunidades e instituições locais. Essas iniciativas buscam criar uma consciência ambiental coletiva, capacitando os cidadãos a adotarem práticas mais sustentáveis em seu cotidiano.

3.7. SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL:

A Secretaria Municipal de Assistência Social desempenha um papel na revisão do PPA ao avaliar os programas sociais em vigor. Essa avaliação inclui a análise do impacto e eficácia dos programas existentes, identificando áreas de melhoria e ajustes necessários. A proposta de revisão busca alinhar os programas sociais às demandas emergentes da população, garantindo que atendam de maneira eficaz às necessidades sociais do município.

Outro fator de contribuição do departamento é a identificação e fortalecimento das ações voltadas para grupos vulneráveis, como crianças, idosos, pessoas em situação de rua e portadores de deficiência. A secretaria propõe medidas específicas para ampliar e aprimorar os serviços destinados a esses grupos, visando promover a inclusão social, a proteção dos direitos e a melhoria da qualidade de vida.

3.8. SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO:

A secretaria propõe ações que incentivem o surgimento e crescimento de empreendimentos locais, promovendo políticas de apoio a startups, programas de incubação e estímulo à cultura empreendedora. A revisão do PPA busca garantir um ambiente propício para a inovação, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do município.

A secretaria busca implementar programas de qualificação da mão de obra local, parcerias com instituições de ensino e ações voltadas para a empregabilidade. A inclusão destas ações no PPA revisado visa fortalecer o mercado de trabalho local, aumentar a empregabilidade da população e atrair investimentos através de uma mão de obra qualificada.

Outro exemplo é a promoção de condições favoráveis para estabelecimento e crescimento de indústrias locais, impulsionando a competitividade e a diversificação da base econômica municipal, por meio de leis ou subsídios econômico-financeiros.

4 - DA ESTRUTURA DO PPA E DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE REVISÃO E PARTICIPAÇÃO DOS GESTORES, TÉCNICOS E POPULAÇÃO.

O PPA é estruturado da seguinte maneira:

Programas: são os instrumentos de organização da ação governamental, ou seja, um conjunto de ações que, executadas de forma articulada, buscam a solução de um determinado

problema ou demanda da sociedade. Os programas têm objetivos voltados para atender demandas de um público-alvo. O alcance destes objetivos será avaliado por meio de indicadores.

Objetivo Programático: expressa os resultados a alcançar, ou seja, a finalidade do programa.

Indicador de Desempenho: sempre associado ao objetivo, deve ser concebido de forma a possibilitar sua utilização como unidade de medida para mensuração de resultados desejados com a realização do Programa. Expressa, de forma quantitativa, as consequências de suas ações sobre o público-alvo, geralmente apresentado com uma relação ou taxa.

Ações Governamentais: conjunto de procedimentos e esforços governamentais para tornar viável a execução do programa. As Ações podem ser de dois tipos: Projeto ou Atividade.

- **Projeto:** conjunto de operações limitadas no tempo que resultam na expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, exemplo construção de CMEIs; ampliação de CMEIs; construção de UBS
- **Atividade:** conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e que concorrem para a manutenção da ação governamental, exemplo: manutenção das atividades da educação infantil.

Produto: descrição do bem ou serviço que resulta da ação, exemplo: centro municipal mantido; centro construído.

Unidade de Medida: unidade de mensuração e quantificação do produto (unidade, m²).

Meta Física: quantidade do produto que se deseja obter a cada ano, pela implantação da ação expressa na unidade de medida adotada, exemplo: 3 -Centros municipais mantidos; 5 – Centros Construídos.

Meta Financeira: estimativa de custo da ação a cada ano. Os valores referem-se à soma de todas as fontes de recursos que financiam a ação, exemplo: R\$100.000,00 - Centro municipal mantido.

Caberá ao Secretário Municipal de Administração, bem como ao Chefe do Executivo a delegação de funções nos processos de reavaliação do PPA.

Importante destacar que a delegação deverá ser instaurada por meio de portarias, criações de comissões, ou reuniões periódicas, com o intuito de estabelecer um cronograma adequado, que atenda os prazos das legislações locais.

As propostas elaboradas pelas secretarias deverão ser endereçadas à Secretaria de Administração que então procederá a confecção de um documento, formalizando os pontos levantados para a revisão anual do PPA.

Durante todo o processo, é fundamental o incentivo à participação popular, por meio de oficinas, audiências públicas e debates.

O processo de revisão do PPA contribui tanto para a gestão municipal, quanto para o controle social. As contribuições geradas pela revisão do PPA e os principais beneficiados estão evidenciados logo abaixo, na tabela, que traz esta relação:

CONTRIBUIÇÕES E PRINCIPAIS BENEFICIADOS	
PLANILCONTRIBUIÇÕES PELO PROCESSO DE REVISÃO DO PPA	PRINCIPAIS BENEFICIADOS
Atualizar o PPA considerando cenário atual do município	Gestor municipal
Aperfeiçoar a implantação do ciclo de gestão do PPA	Equipe técnica
Analisar se as metas previstas pela administração foram alcançadas	Gestor municipal
Ampliar as metas em execução e/ou elaborar novas metas	Gestor municipal
Compatibilizar o Plano Plurianual – PPA após a elaboração da Lei Orçamentária Anual - LOA	Equipe técnica
Corrigir itens técnicos no Plano vigente	Equipe técnica
Otimizar a aplicação dos recursos públicos às demandas da sociedade para a melhoria na qualidade de vida da população	Gestor municipal População
Auxiliar no controle social com a publicidade e transparência da execução da gestão municipal	População

Fonte: Prefeitura de Maringá, 2022

5 - REVISANDO A ESTRUTURA DO PPA

Conforme visto anteriormente, o Plano Plurianual - PPA traduz o planejamento da Administração Municipal em Programas, e estes são estruturados em Objetivos, Indicadores de Desempenho, Ações, Metas Físicas e Financeiras. Também são associados aos Programas, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS correspondentes.

Por traduzir o planejamento da Gestão municipal, os Programas precisam ter elementos que sejam coerentes com as ações do governo e eficazes para a sua execução. Precisam, também, ser

revisados e atualizados, mantendo a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Para revisar um elemento do PPA, considera-se a sua relação com os demais elementos, considerando a totalidade da estrutura do Plano. Abaixo, na Tabela, são especificados os elementos dos Programas do PPA, e o que analisar no processo de revisá-los.

REVISÃO DO PPA	
ELEMENTOS DO PROGRAMA	O QUE ANALISAR
Nome	<ul style="list-style-type: none">• Pelo nome é possível identificar o foco da ação que integra o plano de governo do Gestor municipal?• O nome apresenta claramente o objetivo do Programa?
Objetivos	<ul style="list-style-type: none">• Os objetivos expressam adequadamente os resultados que o Programa pretende alcançar?• Através dos objetivos é possível entender a finalidade do programa?
Indicadores de Desempenho	<ul style="list-style-type: none">• O indicador é útil para medir o desempenho da execução do Programa?• A metodologia de cálculo do indicador é bem definida?• Há a possibilidade de levantamento periódico dos dados do indicador?• As metas definidas são praticáveis?
Ações	<ul style="list-style-type: none">• Cada ação contribui para alcançar o objetivo do Programa?• A quantidade de ações é suficiente para o desenvolvimento do Programa?• É necessária a inclusão e/ou exclusão de uma ação para compatibilização entre as peças orçamentárias – LOA e LDO?• Os produtos e metas das ações são compatíveis?

Metas Físicas	<ul style="list-style-type: none"> • As metas físicas são compatíveis com as ações, seus produtos, unidades de medidas e com as metas financeiras? • As metas físicas são mensuráveis e o levantamento dos dados é viável? • As metas físicas auxiliam a população no acompanhamento da gestão municipal?
Metas Financeiras	<ul style="list-style-type: none"> • O sistema contábil utilizado pelo município é fonte de dados para o levantamento das metas financeiras? • As metas financeiras são suficientes para atingir os objetivos das ações ou são necessários reforços de valores? • As metas financeiras auxiliam a população no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos?
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS	<ul style="list-style-type: none"> • O Programa é compatível com um objetivo ou mais dos 17 ODS da ONU? • O Programa contribui para o alcance do ODS relacionado?
Visão geral	<ul style="list-style-type: none"> • O Programa, com estes elementos, reflete o objetivo que se pretende alcançar? • Há a necessidade da elaboração de um novo Programa?

Fonte: Prefeitura de Maringá, 2022.

Cabe lembrar que existem programas multissetoriais, ou seja, um programa poderá conter ações de mais de um Órgão ou Entidade municipal. Nestes casos, será necessário maior empenho dos envolvidos para associar seus objetivos com as ações, com a finalidade de construir um Programa coeso.

Outra observação importante é sobre o cancelamento de algum elemento da estrutura do PPA. Nestes casos, serão necessárias justificativas para excluí-los do Plano, com a finalidade de manter um registro histórico da movimentação do elemento e servir como informação para o Tribunal de Contas do Estado.

6 - MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PPA

Apesar do monitoramento do PPA ser mais utilizado como ferramenta para a Gestão municipal, auxiliando no gerenciamento e nas decisões do seu dia a dia, também é ferramenta útil para a população, pois disponibiliza a análise dos dados de forma transparente, o que contribui para o controle social.

É de suma importância que os atores envolvidos neste processo, tanto no levantamento dos dados, quanto na emissão dos relatórios, estejam comprometidos em evidenciar o monitoramento do PPA de forma responsável, ou seja, que os dados e relatórios tenham informações fidedignas e confiáveis, garantindo a eficiência do processo.

Abaixo orientamos os procedimentos a serem adotados para que o acompanhamento atinja sua finalidade:

6.1 ORGANIZAÇÃO.

A primeira etapa consiste na formação das comissões ou grupos de trabalho em cada setor ou secretaria. Orienta-se a formalização através de portarias, ou procedimentos equivalentes, que irão definir os servidores e suas atribuições.

Nesta etapa também orienta-se que seja definido a periodicidade do monitoramento, e critérios para o acompanhamento do PPA, bem como quais documentos deverão ser produzidos

Os representantes nomeados para esta Comissão terão por objetivo acompanhar se a execução das ações estão ocorrendo conforme o previsto e avaliar se as metas estipuladas no PPA estão sendo alcançadas.

Para este acompanhamento e avaliação, os responsáveis de cada Secretaria, que tenham ações que compõem os orçamento do município, apresentarão “Relatório de Monitoramento Setorial do PPA”, acompanhado de planilhas com valores previstos e realizados das ações pertencentes as suas Secretarias.


6.2 PERIODICIDADE

Como exemplo, sugere-se que o monitoramento aconteça a cada quadrimestre, conforme cronograma exemplificado na tabela abaixo:

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO DOS DADOS			
PERÍODO MONITORADO	MÊS QUE COMPÕE O PERÍODO	MÊS DE APURAÇÃO DOS DADOS	MÊS DE ELABORAÇÃO DOS RELATÓRIOS
1° Quadrimestre	Janeiro Fevereiro Março Abril	Maio	Maio
2° Quadrimestre	Maio Junho Julho Agosto	Setembro	Setembro
3° Quadrimestre	Setembro Outubro Novembro Dezembro	Janeiro	Janeiro

A seguir, exemplificamos uma proposta de cronograma que poderá ser seguido pelos departamentos, com vistas a manter um ritmo adequado de trabalho.

Cada secretário ou chefe de divisão poderá emitir um cronograma detalhado específico para seu setor, com uma agenda dos dias de início e fim dos trabalhos.

JANEIRO / MAIO / SETEMBRO	
SEMANA	ETAPA
1 ^a	A Secretaria de Finanças, inicia o processo solicitando a cada departamento, o seu relatório de acompanhamento.
1 ^a e 2 ^a	Cada Secretaria preenche sua planilha com os valores realizados e o Relatório de Monitoramento Setorial do PPA. Depois, encerra o processo na sua unidade.
3 ^a	 A Secretaria de Finanças consolida as informações enviadas pelas Secretarias e direciona para a Comissão de Avaliação do PPA.
4 ^a	A Comissão de Avaliação do PPA elabora o Relatório de Monitoramento do PPA e encaminha para a Secretaria de Finanças publicar.
4 ^a	A Secretaria de Finanças disponibiliza o Relatório de Monitoramento do PPA no Portal da Transparência do site do município.

O cronograma poderá ser alterado de acordo com a necessidade da municipalidade, mas é fundamental que os departamentos tenham interlocutores capazes de estabelecer contato direto com a Secretaria de Finanças que condensará os documentos produzidos pelas diversas pastas do município.

Orienta-se que a Procuradoria e o Controle Interno também participem do processo de monitoramento, prestando apoio jurídico e técnico.

É recomendado que os documentos de monitoramento sejam baseados em fontes fidedignas de informações, como banco de dados oficiais, sistemas de gerenciamento público, formulários e demais documentos que possam passar por um processo de conferência ou auditorias e que corroborem o que foi elencado nos relatórios de cada secretaria.

7 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente manual foi pensado como ferramenta norteadora para implantação no município de São José da Boa Vista -Pr, de um procedimento constante de aprimoramento do instrumento de planejamento de médio prazo, chamado Plano Plurianual.

O intuito é fornecer ideias que possam permitir aos servidores e aos gestores um passo-a-passo inicial deste processo. O PPA exige a participação da população e da entidade pública para que seus objetivos sejam de fato alcançados.

Portanto, é fundamental que os gestores públicos garantam a participação popular, bem como implementem ferramentas que permitam o acompanhamento das políticas públicas pensadas para o município, além de fornecer subsídios para a correção de programas ou ações que não surtiram o efeito desejado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. **Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências**. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 30 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Economia: Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 9ª Edição**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-aosetor-publico-mcasp/2021/26>. Acesso em 31 out. 2024.

MARINGÁ. Secretaria Municipal de Fazenda. **Manual de Elaboração, Monitoramento e Revisão do PPA 2022-2025**. Maringá, 2022. Disponível em: http://www3.maringa.pr.gov.br/construtor/arquivos/090224154453_manual_do_ppa_2022__2025_pdf.pdf. Acesso em 31 out. 2024.

PARANAGUÁ, Município de Paranaguá. **Manual de Revisão do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 para o município de Paranaguá**. Paranaguá, 2023. Disponível em: <https://nfse-paranagua.atende.net/transparencia/item/manual-de-revisao-do-plano-plurianual-ppa-20222025> . Acesso em 31 out. 2024.

SÃO JOSÉ DA BOA VISTA. Lei Orgânica Municipal (1990). **Lei Orgânica do Município de São José da Boa Vista/Pr**. Diário Oficial: Câmara Municipal de São José da Boa Vista-Pr. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/lei-organica-sao-jose-da-boa-vista-pr>. Acesso em 31 out. 2024.

SÃO JOSÉ DA BOA VISTA. Lei 1.014, de 23 de dezembro de 2021. **Dispõe sobre o Plano Plurianual de Governo do Município de São José da Boa Vista para o período de 2022/2025**. Diário Oficial: Câmara Municipal de São José da Boa Vista-Pr. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/s/sao-jose-da-boa-vista/lei-ordinaria/2021/102/1014/lei-ordinaria-n-1014-2021-dispoe-sobre-o-plano-plurianual-de-governo-do-municipio-de-sao-jose-da-boa-vista-para-o-periodo-de-2022-2025?q=plano+plurianual>. Acesso em: 31 out. 2024.

SILVA, Moacir Marques da. **Orçamento Público Municipal: abordagem prática**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.